



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

**ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 590, DE 2012, ADOTADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE “ALTERA A LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004, PARA AMPLIAR A IDADE LIMITE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE COMPÕEM AS UNIDADES FAMILIARES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ELEGÍVEIS AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14h30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.**

Às dezoito horas e sete minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e treze, na Sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 590, de 2012, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Waldemir Moka, Sérgio Souza, Ana Amélia, Angela Portela, José Pimentel, Eduardo Amorim e Humberto Costa; e dos Deputados Assis do Couto, Nazareno Fonteles, Rose de Freitas, Nilda Gondim, Arthur Lira, Flávia Moraes, Carmem Zanotto, Chico Alencar, Padre Ton, Janete Rocha Pietá e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da Reunião anterior, que é aprovada. A Presidente passa a palavra à Relatora, Deputada Rose de Freitas, para que proceda à leitura do Relatório. Finda a leitura, a matéria é colocada em discussão. Não havendo quem quera discutir, o Relatório é colocado em votação. O Relatório é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela rejeição das emendas nº 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 19, e pela inadequação das emendas nº 6 e 17; pela aprovação da Medida Provisória nº 590, de 2012, com o texto resultante da incorporação das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 607, de 2013, bem como pela aprovação das emendas de nº 3 e 7 oferecidas à MPV nº 590, de 2012, por se tratarem de assuntos relevantes e pertinentes na presente Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão. Em seguida, a Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**  
Presidente



(*Texto com revisão.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 590, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata e a sua aprovação, que é referente à reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, as Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A ata, portanto, está aprovada e irá à publicação.

A presente reunião tem como objetivo a apresentação pela Relatora do relatório, bem como a discussão do mesmo e votação.

Portanto, passo a palavra à Deputado Rose de Freitas.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – Gostaria de solicitar, porque estamos em processo de votação na Câmara, embora tenha ressaltado que a sessão extraordinária não prejudica os trabalhos desta Comissão... Gostaria de votar as matérias que estão sendo colocadas em plenário. Consulto se poderia apenas resumir.

Essa Medida Provisória contou com a apresentação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 até 19. Várias emendas versavam sobre a necessidade de haver qualificação profissional durante o processo do Bolsa Família. Estabeleciam um condicionante para que, a partir dos 14 anos até os 17 anos, os adolescentes pudessem ter uma formação profissional, uma capacitação profissional, uma qualificação profissional, qualquer coisa que lhes dessem uma porta de saída a partir dos 17 anos. Sendo assim... (*Pausa.*)

Vou ler, com certeza. Estou apenas dizendo.

Comunguei dessa tese e tentamos fazer com que pudéssemos ter essa qualificação profissional oferecida de forma bem coordenada com a Bolsa Família, porque seria aí sim um avanço, uma forma de auxiliar a pobreza, mas dando condições de enfrentá-la posteriormente.

Evidente que sei que essas coisas não acontecem com muita facilidade porque os argumentos do Governo e de várias outras pessoas, políticos e assessores ligados ao Bolsa Família, entendem que, primeiro, a urgência é sair da extrema pobreza e que, segundo, existem vários programas que atendem à necessidade de qualificação profissional, como o Pronatec.

Minhas ponderações, que quero deixar registradas aqui, são no sentido de que, embora existam outros projetos relativos ao Pronatec, que é a compra de vaga nas escolas para qualificação e classificação profissional... Não posso deixar de salientar que essas escolas para se adquirirem as vagas não estão em todos os lugares. Portanto, nas regiões mais pobres do Nordeste, até



mesmo no meu Estado, não se encontra nenhuma escola ao alcance para se comprar uma vaga. Há muita dificuldade. Existem muitas dificuldades.

Vou passar... Quero deixar registrada aqui a luta que travei nesse sentido, inclusive observando que comungando dessa mesma ideia estavam a Deputada Carmem Zanotto – não tenho o nome de todos aqui –, Andreia Zito, que apresentou um cadastro, um registro de crianças, registro nacional de cadastro de identificação de crianças. Também foi colocado que havia uma lei específica para isso e não vejo que ela esteja sendo, no País, colocada em prática. Achava extremamente importante, até pela questão do tráfico de crianças, que todos já conhecem, a exploração, inclusive, da infância.

Aproveitando o relatório inicial, 357, que era do André Figueiredo, também na mesma linha, o da Andreia Zito, que falava da identificação da carteira infantil, Deputado Izalci, duas emendas.

Nós tínhamos também a proposta de acrescentar... Eu particularmente tenho uma filosofia em relação a relatórios: que todas as matérias pertinentes, com similaridade com o texto devem ser aproveitadas. Fora isso, acho que fazer essa colcha de retalho que tem sido um *habitué* da Casa agora, de que toda a matéria, não importando o assunto tratado, deve aproveitar outras e outras emendas que possam ser encaixadas em uma matéria como esta, embora o assunto não seja admissível, não seria de bom alvitre ser colocado naquele texto. Sendo assim, nós ficaremos na proposta original, apenas acrescentando a possibilidade de termos aí...

Vou passar o voto aqui e, no final, vamos tratar da possibilidade, aventar a possibilidade, incluir a possibilidade de que venhamos a ter essa porta aberta para que os jovens possam ter qualificação profissional. É muito importante! Ampliar só a idade e o Bolsa Família não acho que seja eficiente para um programa. Embora ele seja de ordem assistencialista e socialmente plausível, acho que nós temos que avançar mais.

Vou passar ao voto.

Da admissibilidade e constitucionalidade.

A Medida Provisória ora sob análise atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, além de não incorrer em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo §1º do art. 62 da Constituição Federal.

O requisito da urgência da Medida Provisória justifica-se na Exposição de Motivos nº 32/2012 que a acompanha, segundo a qual “a Medida Provisória em questão tem como objetivo eliminar a principal característica da extrema pobreza no Brasil, que é o fato de atingir desproporcionalmente as crianças e adolescentes de até quinze anos de idade. A proposta apresentada possui grande potencial para redução da extrema pobreza nas famílias que possuem crianças e adolescentes e também no conjunto total de famílias brasileiras extremamente pobres”.



Quanto às vedações temáticas do §1º do art. 62 da Constituição Federal, constatamos que a concessão do benefício para superação da extrema pobreza não se insere entre as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF) ou de qualquer de suas Casas (arts. 51 e 52, da CF); e não se enquadra entre os casos de vedação da edição de medidas provisórias (art. 62, §1º, da CF).

A Medida Provisória nº 590, de 2012, está em harmonia com o nosso ordenamento jurídico, não viola quaisquer dos princípios gerais do Direito e foi redigida com boa técnica legislativa. Somos, portanto, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV em análise.

Da adequação financeira e orçamentária.

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, §1º, que “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União”.

A Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória nº 590, de 2012, esclarece que o custo do benefício ampliado será de R\$3,96 bilhões (três bilhões e novecentos e sessenta milhões de reais) por ano, o que representa um custo incremental, em relação ao benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância, de R\$1,744 bilhão (um bilhão e setecentos e quarenta e quatro milhões de reais).

Para financiar o gasto adicional decorrente da aprovação da Medida Provisória ora sob análise contamos com o substancial aumento de arrecadação de impostos ocorrido no início do presente ano, em especial no mês de fevereiro, que registrou um aumento de cerca de 15%, e a perspectiva de crescimento econômico ao longo do ano, que devem implicar o aumento de receitas orçamentárias. Encontra-se prevista, também, uma compensação mediante remanejamento de recursos, além de valores que serão consignados nos respectivos Projetos de Lei dos Orçamentos Anuais, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais, contidas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim sendo, o confronto das disposições da matéria em análise com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União não revela impedimento passível de prejudicar a conformidade orçamentária e financeira da Medida Provisória em questão.

Nesse sentido, votamos pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 590, de 2012.



**II. 3 – Das emendas.**

Sobre as emendas oferecidas à Medida Provisória nº 590, de 2012, cabe-nos examiná-las sob o prisma da constitucionalidade, da adequação orçamentária e financeira e quanto ao seu mérito.

Também não houve indeferimento preliminar de qualquer das emendas por parte da Srª Presidente da Comissão, nos termos do art. 4º, § 1º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, norma conexa ao Regimento Comum.

As emendas apresentadas podem ser preliminarmente admitidas com relação à constitucionalidade e serão analisadas em relação à adequação financeira e orçamentária.

Passa-se agora à análise de mérito das emendas apresentadas.

As emendas nºs 2, 11, 16 e 18 buscam estender o pagamento do benefício para superação da extrema pobreza às idades de dezessete e dezoito anos de idade. Embora as emendas pretendam atender a um maior número de famílias, ao ampliar a faixa etária atendida, é preciso destacar que a Medida Provisória nº 607, editada em 19 de fevereiro de 2013, estende o benefício para superação da extrema pobreza a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com renda *per capita* de até R\$ 70,00, independentemente de sua composição. Dessa forma, as emendas citadas são rejeitadas.

As emendas nºs 3 e 7 visam a articular o Programa Bolsa Família a programas de qualificação profissional. Devemos destacar que o momento econômico brasileiro é voltado para o crescimento econômico, o que impõe o aumento da oferta de mão de obra qualificada. Os beneficiários do Bolsa Família, em especial os adolescentes, que em breve irão adentrar ao mercado de trabalho, precisam ter a qualificação necessária para aprimorar sua empregabilidade. Embora o Governo Federal já tenha lançado programa como o Pronatec, é preciso reconhecer que essa iniciativa não alcança os territórios mais distantes do País, impossibilitando que milhares de jovens tenham acesso à qualificação profissional, especialmente em áreas que se coadunem com a vocação econômica do lugar em que vivem.

Assim, torna-se dever do Estado estabelecer parcerias locais para que essas oportunidades sejam oferecidas a todos, independentemente do lugar em que residam. Não se questiona a importância dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, mas, como benefícios assistenciais, temos consciência de seu caráter transitório e de sua finalidade, que é apoiar as famílias e seus membros para que superem as condições de pobreza e extrema pobreza em que se encontravam, antes do ingresso no programa. O único caminho para alcançar esse objetivo de forma mais permanente é garantir, ampliar e incentivar o acesso à educação de qualidade, juntamente com o acesso à qualificação profissional, para que os beneficiários possam conquistar sua autonomia. As emendas citadas são, portanto, aprovadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão.



A emenda nº 6 tem a meritória intenção de garantir a percepção de uma renda maior e busca melhorar as condições das famílias, para que elas superem em um tempo menor a situação de extrema pobreza em que se encontram, ao propor elevar o valor do benefício para superação da extrema pobreza para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 100,00 (cem reais) *per capita*.

Tal medida enfrenta óbices técnicos, fiscais e operacionais para ser acatada. O estabelecimento de R\$ 70,00 reais como valor de corte para quantificar a extrema pobreza levou em consideração à linha de pobreza que o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utilizam para medir a pobreza extrema no mundo, que corresponde ao valor de US\$ 1,25 por dia, valor semelhante ao da renda mensal *per capita* utilizada pelo Governo Federal. No que tange aos aspectos fiscais e operacionais, as limitações orçamentárias impedem essa expansão, situação agravada pela ausência de um planejamento prévio consistente e da identificação da necessária fonte de custeio, de acordo com o que dispõe o Texto Constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A emenda é, portanto, inadequada orçamentariamente.

Portanto, esse valor corresponde a US\$1, 25 por dia é o valor semelhante ao da renda mensal *per capita* utilizada pelo Governo Federal.

As Emendas nºs 4 e 19 buscam incluir pessoas com deficiência e idosos como beneficiários do Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Ressalte-se que o referido Programa tem como principal parâmetro para distribuição dos recursos a renda das famílias, beneficiando aquelas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, não importando se são pessoas com deficiência ou idosos. Ou seja, não são beneficiários segmentos populacionais específicos. Pessoas com deficiência componentes de um grupo familiar que atenda aos requisitos do Programa serão automaticamente beneficiados, inclusive com o benefício adicional de que trata a Medida Provisória em comento, se estiverem na faixa etária alvo dessa ação, qual seja, entre zero e quinze anos de idade. Ademais, convém ressaltar que a Medida Provisória nº 607, editada em 19 de fevereiro de 2013, estende o benefício para superação da extrema pobreza a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com renda *per capita* familiar de até R\$ 70,00, independentemente de sua composição. Dessa forma, as emendas citadas são rejeitadas.

As Emendas nº 13 e 14 visam, respectivamente, a priorizar, no ato de pagamento do benefício financeiro e de cadastramento dos beneficiários no Programa Bolsa Família, as mulheres em situação de risco, vítimas de violência doméstica. Como já destacado na análise das Emendas nº 4 e 19, o Programa Bolsa Família não contempla beneficiários de segmentos populacionais específicos, mas sim pessoas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Portanto, tem como principal objetivo distribuir recursos de



acordo com a renda das famílias, sem levar em consideração situações sociais específicas. As emendas são, portanto, rejeitadas.

Quero ressaltar nesse parágrafo que, feita a nossa posição em relação à luta de gênero, o Programa Casa da Mulher Brasileira trata de maneira especial o problema da mulher atingida pela violência doméstica. Tem um programa específico para atendê-la domiciliarmente, inclusive capacitando-a profissionalmente e atendendo sob o aspecto psicossocial.

As emendas foram, portanto, rejeitadas.

A Emenda nº 8 trata da divulgação mensal em meios eletrônicos da relação de beneficiários do Programa Bolsa Família. Tal providência já se encontra prevista no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 10.836, de 2004, que criou o Programa Bolsa Família. Segundo o artigo, será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa. Não procede, portanto, a emenda apresentada.

Inclusive temos a expectativa que, nessa relação pública, para os beneficiários, se possa corrigir algumas distorções que foram denunciadas e apresentadas na aplicação desse recurso nos Municípios cuja relação de cadastro social fica exposta, mas sem fiscalização devida.

A Emenda nº 9, ao buscar excluir do cálculo da renda *per capita* familiar, para fins de recebimento do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, outros benefícios percebidos dos programas sociais federais de complementação de renda, estabelece um corte de renda que não corresponde à realidade, e, por conseguinte, obscurece parâmetros que nos permitem avaliar de que forma esses benefícios estão contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da família beneficiária. Dessa forma, estudos e avaliações realizados para comprovar os efeitos das transferências de renda governamentais na evolução socioeconômica da população alvo dessas políticas públicas teriam sua fidedignidade comprometida. A emenda é, portanto, rejeitada.

A Emenda nº 10 propõe a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o cálculo de renda *per capita* para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. De acordo com a redação proposta pela MPV nº 590, de 2012, para o § 16 do art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar *per capita*, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. O índice a ser utilizado poderia ser objeto de Indicação ao Poder Executivo, não cabendo, portanto, emenda a essa proposta. A emenda é, portanto, rejeitada.

A emenda nº 12 pretende acrescentar, entre as condicionalidades para recebimento do benefício financeiro do Programa Bolsa Família, a identificação de crianças a partir de seis anos de idade, por meio de carteira de identidade. A condicionalidade pretendida pode vir a excluir beneficiários do



Programa Bolsa Família, em virtude de não haver a possibilidade de identificação civil por meio de fotografia e impressão digital na grande maioria dos municípios em nosso país. Sendo assim, seria uma medida excludente, no que se refere aos benefícios do Programa. A emenda é, portanto, rejeitada.

A emenda nº 15, por sua vez, objetiva que o valor para renda familiar *per capita* para fins de pagamento do benefício para superação da extrema pobreza seja definido na Lei Orçamentária Anual e não por ato específico do Poder Executivo. No entanto, o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 2004, alterado pela presente MPV, já assegura o cumprimento das normas orçamentárias ao estabelecer que o Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes. A emenda é, portanto, rejeitada.

A emenda nº 17 busca oferecer um valor complementar para custos com deslocamento do beneficiário para recebimento do benefício financeiro previsto, nos casos em que a família beneficiária resida em comunidade rural desprovida de canal oficial de pagamento e distante da sede do seu município. Nesse caso, as limitações orçamentárias impedem essa expansão, por não prever a necessária fonte de custeio, de acordo com o que dispõe o Texto Constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A emenda é, portanto, inadequada orçamentariamente.

A emenda nº 1 altera a redação do art. 3º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, para determinar que o exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mediante requerimento e concedidos automaticamente após a graduação em Direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada. Rejeitamos a emenda por entendermos que a matéria nela contida deve ser amplamente discutida e aquela abordagem que fiz inicialmente de que uma matéria estranha à Medida Provisória.

A emenda nº 5 modifica a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para beneficiar o exercício de atividade de produtor rural. Rejeitamos a emenda por entendermos que a matéria nela contida deve ser amplamente discutida, já que também estranha à Medida Provisória.

#### II.4 – Do mérito.

O benefício financeiro para superação da extrema pobreza previsto na Medida Provisória nº 590, de 2012, visa assegurar renda mínima superior a R\$70,00 *per capita* a famílias extremamente pobres beneficiárias do Programa Bolsa Família que possuam crianças com idade entre zero e quinze anos. A medida em exame amplia o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, previsto na MPV nº 570, de 14 de maio de 2012, convertida na





Lei nº 12.722, de 03 de outubro de 2012, que atendeu às famílias em situação de extrema pobreza com crianças com idade entre zero e seis anos.

Importante destacar que o mecanismo de cálculo do valor dessa espécie de benefício foi aperfeiçoado na MPV em apreciação, por meio da eliminação da referência às faixas de renda utilizadas para a quantificação da renda. De acordo com a MPV 590, de 2012, caberá ao Poder Executivo ajustar, com base em critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar per capita, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza, e compatibilizar não somente a quantidade de beneficiários, conforme já previsto na Lei nº 10.836, de 2004, mas também os benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.

A proposta atualmente em apreciação faz parte da principal iniciativa do Governo Federal para superar a extrema pobreza no País, o Programa Brasil Carinhoso, que se encontra inserido no Plano Brasil sem Miséria.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o benefício financeiro criado a partir da Medida Provisória nº 570, de 2012, convertido na Lei nº 12.722, de 2012, que abrangeu a superação da extrema pobreza na primeira infância, ou seja, para crianças de zero a seis anos, referente ao que foi pago por um período de seis meses – folhas de junho a novembro de 2012 do Programa Bolsa Família –, teve impacto estimado na taxa de extrema pobreza de toda a população brasileira em torno de 39,2%. Estima-se que a proposta permitirá, com base na amostra do Censo Populacional 2010, que esse impacto salte para 54,8%.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 32, de 28 de novembro de 2012, dos Ministros de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Fazenda e do Planejamento e Gestão, o novo limite de idade para concessão do benefício financeiro foi definido em função da constatação de que a extrema pobreza atinge desproporcionalmente a população até quinze anos de idade. A partir dessa idade, os valores tendem a cair para valores mais próximos da média nacional. Com a alteração ora proposta, das 4,15 milhões de crianças de zero a dez anos e das 5,22 milhões de crianças e adolescentes com idade entre zero e quinze anos alcançados com o benefício vigente, salta-se para uma estimativa de beneficiar 5,06 milhões de crianças entre zero e dez anos, e 8,08 milhões de crianças e adolescentes com idade entre zero e quinze anos.

Ainda de acordo com a EMI nº 32, de 2012, em termos do número de famílias beneficiadas pela iniciativa, de 2,21 milhões de famílias que, estima-se, receberiam o benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância em dezembro de 2012, saltar-se-á para um número de aproximadamente 3,88 milhões de famílias, com a implementação da nova medida.

A criação de novo benefício no Programa Bolsa Família para as famílias em situação de extrema pobreza, de forma a contemplar crianças na faixa



de zero a quinze anos de idade, constituirá uma iniciativa decisiva para que esse segmento da população brasileira passe a reunir condições mais dignas de sobrevivência e de inserção na sociedade.

A urgência e a relevância da matéria estão bem caracterizadas, tendo em vista que a superação da extrema pobreza é prioridade social de todos nós que compomos e representamos a Nação brasileira.

Entendemos ser importante destacar que, em 19 de fevereiro de 2013, foi adotada a Medida Provisória nº 607, publicada em 20 de fevereiro de 2013, que “altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza”. Tal MPV estabelece que: “a partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do *caput* do art. 2º será estendido, independentemente da observância da alínea “a”, às famílias beneficiárias que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do *caput* do art. 2º, igual ou inferior a R\$70,00 (setenta reais) *per capita*”.

A MPV nº 607, de 2013, trata de assunto semelhante ao da MPV nº 590, de 2012, e busca, de acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 2, de 18 de fevereiro de 2013, “ampliar a cobertura do benefício financeiro para a superação da extrema pobreza, criado pela Medida Provisória nº 590, de 2012, com a finalidade de assegurar renda mínima superior a setenta reais *per capita* a todas as famílias extremamente pobres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Com a aplicação da nova norma, o único requisito previsto para a percepção do benefício passará a ser a renda *per capita* familiar de até setenta reais, incluído o recebimento dos demais benefícios do Bolsa Família”.

A EMI nº 2, de 2013, esclarece que: “em termos do alcance da nova medida, dos 3,8 milhões de famílias que, estima-se, receberiam o benefício de superação da extrema pobreza com os requisitos atualmente vigentes – renda *per capita* familiar de até setenta reais e presença de crianças e jovens de até quinze anos de idade –, saltar-se-ia para um número de aproximadamente 4,8 milhões de famílias”.

No que se refere ao impacto orçamentário da medida, de acordo com a EMI nº 2, de 2013, estima-se que o custo do benefício ampliado seja de R\$4,9 bilhões por ano, o que representa um custo incremental, em relação ao benefício de superação da extrema pobreza ora vigente, de R\$ 928 milhões ao ano. Se implementado a partir da folha de pagamento do mês de março, a medida terá impacto orçamentário de R\$ 774 milhões, em 2013.

Sendo assim, por questão de economia processual e mesmo coerência nas medidas propostas em ambas as Medidas Provisórias, propomos a incorporação da MPV nº 607, de 2013, à MPV nº 590, de 2012, nos termos do Projeto de Lei de Conversão a ser apresentado por esta Relatoria, em anexo.

No Projeto de Lei de Conversão são reproduzidas, sem alterações, as medidas constantes da MPV nº 590, de 2012, com as alterações promovidas



pela MPV nº 607, de 2013. Além disso, são incorporadas as medidas contidas nas emendas de nº 3 e 7.

Em razão do exposto, pronunciamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 590, de 2012, considerando atendidos os requisitos de relevância e urgência, bem como respeitadas as vedações expressas no texto constitucional. Manifestamo-nos, também, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória, bem como pela sua adequação orçamentária e financeira.

Com base no exposto e em razão do mérito da proposta, voto pela rejeição das emendas nº 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 19 e pela inadequação das emendas nº 6 e 17. Voto pela aprovação da Medida Provisória nº 590, de 2012, com o texto resultante da incorporação das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 607, de 2013, bem como pela aprovação das emendas de nº 3 e 7 oferecidas à MPV nº 590, de 2012, por se tratarem de assuntos relevantes e pertinentes na presente Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, em anexo.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Feita a leitura do relatório, antes de colocar em discussão e votação, apenas gostaria de fazer um registro da dedicação da nossa Relatora, Deputada...

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – Só um minutinho, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Deputada.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – Gostaríamos de colocar que o Projeto de Lei de Conversão é pela alteração que foi discutida na reunião. É importante que seja registrado nessa reunião.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 2º .....  
IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:*

*a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de zero a quinze anos de idade; e*

*.....  
§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) per capita.*



*§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar per capita, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza.*

*§17. Os beneficiários com idade a partir de quatorze anos e os mencionados no inciso III do caput deste artigo poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais. (NR)*

*Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.*

*Art. 2º A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:*

*Art. 2º-A A partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do caput do art. 2º será estendido, independentemente da alínea “a”, às famílias beneficiárias que apresentem soma de renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput do art. 2º igual ou inferior a setenta reais per capita.*

*Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.*

**O SR. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Na realidade, a nossa Relatora fez a leitura também de todo o projeto de lei de conversão.

Eu gostaria primeiro, Deputada Rose, de destacar aqui, publicamente, a dedicação de V. Exª em relação à medida provisória. Somente nós tivemos uns três encontros para debater a matéria, e a senhora teve muita paciência para atender grande parte dos autores das emendas e que não puderam ser acatadas, apesar da justeza, em decorrência do momento que vivemos.

Acho que o Bolsa Família, que tem sido um programa importante, como a senhora bem explicitou em seu relatório, precisa, com o passar do tempo, e um tempo não muito distante, estar vinculado a resultados positivos, não só em relação à primeira infância, mas também, e principalmente, em relação aos jovens brasileiros.

Então, apresentar e acatar a proposta diante de um acordo feito entre todos os membros da Comissão e as Lideranças, que já preveem essa possibilidade, é um avanço muito importante, Senadora.



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**  
**SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

SF - 12

MP nº 590/2012 (2ª Reunião)

23/04/2013

Então, eu quero cumprimentá-la, Deputada... Está vendo? O problema, segundo ela, não é quando o Senador chama um Deputado de Senador: é quando um Deputado chama um Senador de Deputado. *(Risos.)*

Enfim, dito isso, eu quero colocar em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório apresentado pela Deputada Rose de Freitas.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório, portanto, está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão.

Não há ninguém também, mas pergunto se há alguém que queira registrar um voto diferente. *(Pausa.)*

Não havendo o registro de nenhum voto diferente, o relatório fica aprovado na forma apresentada pela Relatora.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, visto que não teremos outra reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.

A reunião, portanto, está encerrada.

Obrigada a todos pela audiência.

*(Iniciada às 16 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 44 minutos.)*